CAPACITAÇÃO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

PARA A CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

RELATÓRIO NÃO TÉCNICO
Da autoria da Liga para a Protecção da Natureza (LPN), esta publicação é um resumo não técnico do Projeto 'Capacitação de explorações agrícolas para a certificação de sustentabilidade', financiado pelo Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN) do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

FICHA TÉCNICA

Coordenação da edição
Sónia Fragoso

Textos
Sónia Fragoso e Cátia Godinho

Colaboração técnica
Rita Alcazar

Conceção gráfica e paginação
Concept_UDesign

Impressão
Clio by Rip – Artes Gráficas, Lda.
(sobre papel FSC 100% reciclado)

Tiragem
200 exemplares

Edição
LPN – Liga para a Protecção da Natureza, 2013

Citação aconselhada:
Fragoso, S., Godinho, C. & Alcazar, R. 2013. 'Capacitação de explorações agrícolas para a certificação agrícola e conservação da biodiversidade'. Relatório Não Técnico (Projeto PRRN OP270), LPN, Castro Verde, Portugal.

OS SISTEMAS AGRÍCOLAS EXTENSIVOS DO BAIXO ALENTEJO

Nas extensas planícies alentejanas, a rotação entre cereais de sequeiro e pousios pastoreados moldou um habitat semelhante ao das estepes, designado **pseudo-estepe, planície cerealífera** ou **estepe cerealífera**.

Ao longo dos últimos séculos, esta agricultura tradicional criou as condições para o aparecimento de muitas espécies que se adaptaram a este habitat formando um ecossistema único, que alberga algumas das aves mais ameaçadas a nível mundial.

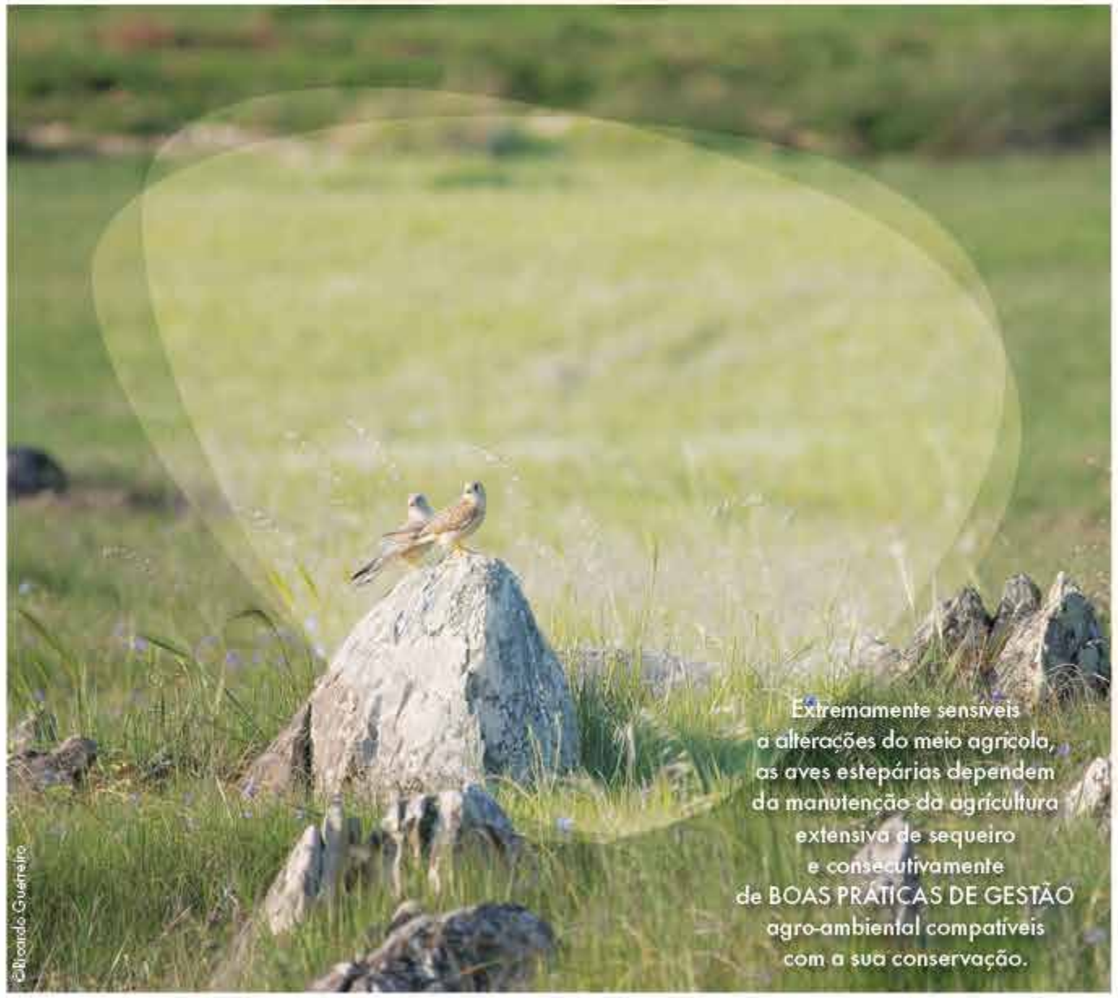
Vulgarmente designadas por AVES ESTEPÁRIAS, as extensas áreas de culturas de sequeiro suportam números significativos de espécies residentes como a Abetarda ou o Sisão, mas também um número importante de aves migradoras sazonais como o Peneireiro-das-torres, o Tartanhão-caçador, o Rolieiro e o Grou.

A BIODIVERSIDADE E GESTÃO AGRÍCOLA

As aves estepárias dependem da existência do **mosaico agrícola** ao longo do ano de searas, restolhos, pousios, pastagens e cultivos de leguminosas, resultante da cerealicultura extensiva com rotação de culturas.

Como estão estritamente associadas a este agroecossistema, estas **espécies são muito vulneráveis às alterações das práticas agrícolas**, sendo a intervenção humana essencial para a manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais.

O desenvolvimento de instrumentos adaptados às especificidades desta biodiversidade, bem como condições ambientais e ecológicas, envolvendo as partes interessadas, é essencial à preservação e melhoria deste ecossistema onde a **relação entre Homem e Natureza desempenha um papel chave na sua conservação.**



COMO VALORIZAR E RECONHECER?

Ao promover e incentivar práticas de gestão sustentáveis, a existência de **processos de certificação da atividade agrícola** pode ser um importante contributo para aumentar a competitividade e garantir a agricultura tradicional de sequeiro no interior alentejano, ao mesmo tempo que a biodiversidade é mantida ou aumentada.

Ao atingir níveis que vão além do cumprimento da legislação, a certificação é encarada como uma oportunidade para adquirir vantagens competitivas, contribuindo para a diferenciação e crescimento dos beneficiários.

Obtendo a certificação, as vantagens a longo prazo traduzem-se numa melhoria contínua do desempenho das entidades certificadas e seu reconhecimento pela sociedade da gestão responsável que praticam.

A CERTIFICAÇÃO
é um processo voluntário
que visa reconhecer
as melhores práticas de gestão
aplicadas por uma entidade,
conforme um conjunto de regras
e procedimentos definidos
em referencial próprio.

O Projeto 'CAPACITAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PARA A CERTIFICAÇÃO'

Com vista a encontrar e testar soluções que potenciem a gestão agrícola responsável e compatível com a conservação da biodiversidade em Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural, como as planícies cerealíferas do Baixo Alentejo, surge o **Projeto 'Capacitação de explorações agrícolas para a certificação de sustentabilidade'.**

Financiado pelo Programa para a Rede Rural Nacional, o Projeto decorreu entre 2012 e 2013, envolvendo atores locais, regionais e especialistas, em torno de uma abordagem inovadora e orientada para a certificação de boas práticas ao nível da gestão do habitat e biodiversidade estepária.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Identificar as boas práticas agro-ambientais das áreas agrícolas de estepe no Baixo Alentejo;
- Valorizar estas práticas pela certificação através da criação de um Referencial Técnico adequado à gestão do habitat para aves estepárias, tendo como referência a região do Campo Branco.

O conceito de SISTEMA AGRÍCOLA DE ALTO VALOR NATURAL (SAAVN) foi estabelecido nos anos 90 e descreve atividades e superfícies agrícolas, que devido às suas caraterísticas, são o suporte de elevados níveis de biodiversidade ou espécies e habitats com preocupações de conservação.

ÁREA DE INTERVENÇÃO

Pretendeu-se atuar no Campo Branco, zona rural com os mais representativos sistemas cerealíferos de sequeiro e com o mais longo historial de aplicação de medidas agro-ambientais, dirigidas à biodiversidade, do país.

Albergando uma comunidade de aves estepárias única, muitas das quais ameaçadas, esta região do Baixo Alentejo encontra-se inserida na Rede Europeia de Espaços Naturais (Rede Natura 2000), estando classificada, desde 1999, como Zona de Proteção Especial (ZPE) para Aves de Castro Verde.

ZPE DE CASTRO VERDE

Com uma área total de 85 345ha e cerca de 60 000ha de pseudo-estepe, a extensa planície da ZPE de Castro Verde é considerada uma Área de Alto Valor de Conservação, quer pela sua dimensão territorial quer pelo estado de conservação favorável dos valores naturais que encerra.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para o incremento do conhecimento sobre processos de certificação, nomeadamente sobre as suas mais valias e aplicabilidade, o Projeto compreendeu as seguintes fases:

- Análise de sistemas de certificação existentes para atividades de gestão ligadas ao espaço rural (floresta, agricultura, pecuária e seus produtos) e sua adaptabilidade à gestão agrícola nas áreas estepárias no Baixo Alentejo;
- Identificação das melhores práticas de gestão agro-ambientais destinadas ao fomento da biodiversidade estepária;
- Identificação das partes interessadas e envolvimento das mesmas na definição de um sistema de certificação mais adequado aos objetivos de gestão agrícola das estepes cerealíferas alentejanas;
- Elaboração e validação de um Referencial Técnico com as normas e procedimentos que os agricultores deverão adotar para certificarem as suas explorações agrícolas.

A adoção de uma metodologia com forte caráter participativo foi essencial ao desenvolvimento de um REFERENCIAL TÉCNICO DE CERTIFICAÇÃO assente na compatibilização das atividades das explorações agrícolas com a proteção da biodiversidade e do habitat estepário.

PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

A criação de um grupo de trabalho multidisciplinar de partes interessadas, que, através de reuniões técnicas pudessem dar contributos, foi essencial à formulação do referencial de certificação a que o Projeto se propôs.

Este processo envolveu mais de 15 participantes, entre agricultores, representantes de organismos públicos, entidades do setor privado, da sociedade civil e de especialistas reconhecidos, na área da certificação, agronomia e da conservação da natureza e biodiversidade.

O envolvimento de diferentes INTERLOCUTORES, incorporando conhecimento científico, técnico e prático, numa lógica de aprendizagem mútua, foram a base e fator essencial para os resultados alcançados.

Entre as partes interessadas, contam-se: a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Associação de Agricultores do Campo Branco (AACB), a Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS), a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste (ESDIME), assim como agricultores da região do Campo Branco e especialistas do Instituto Português da Qualidade - no âmbito do sistema de normalização nacional, da Associação Portuguesa de Certificação - no âmbito da certificação agrícola, da Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado - no âmbito da certificação florestal e da Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça - no âmbito da certificação cinegética.

AUDITORIAS DE CAMPO

Para testar a aplicabilidade da certificação discutida e proposta pelo grupo de trabalho, foram realizadas auditorias em 3 explorações agrícolas, na ZPE de Castro Verde, que voluntariamente aceitaram ser visitadas por técnicos do Projeto.

Esta verificação de campo teve por objetivo aferir dificuldades práticas na aplicação do conjunto de regras e requisitos definidas como base para a certificação das explorações, tendo contribuído para a adequação do Referencial Técnico e possivel funcionamento do sistema de certificação.

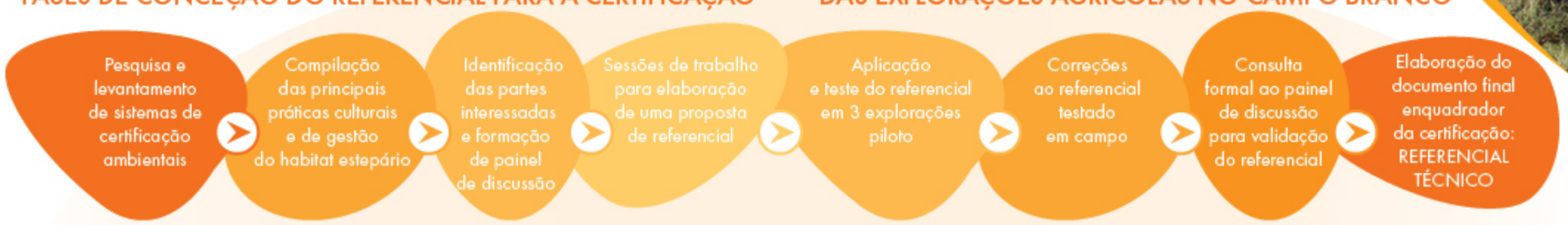
Em resultado, para cada uma das explorações, foram produzidos relatórios de auditoria e planos de gestão, estes com indicação de ações corretivas em resposta às desconformidades identificadas em campo.

Características	Exploração A	Exploração B	Exploração C
Área	350 ha	1 132 ha	238 ha
Culturas	Cereais de sequeiro Pastagens naturais e permanentes melhoradas	Cereais de sequeiro Pastagens naturais	Cereais de sequeiro Pastagens naturais
Pecuária	Bovinos e Ovinos	Bovinos e Ovinos	Não tem gado próprio vende pastagens para ovinos
Medidas Agro-ambientais	Aderente à ITI Castro Verde*	Aderente à ITI Castro Verde*	Aderente à ITI Castro Verde*
Objetivo da atividade	Produção pecuária	Produção pecuária e de cereal	Produção de cereal

* A Intervenção Territorial Integrada (ITI) de Castro Verde (antigo Plano Zonal) é a Medida Agro-ambiental definida no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (Proder), para o período 2007-2013. Tendo por área geográfica de aplicação a ZPE de Castro Verde, esta agrega dois tipos de apoios agro-ambientais: 1. Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio, e; 2. Sementeira direta.

Uma AUDITORIA DE CAMPO tem por objetivo verificar o desempenho e o cumprimento das exigências definidas segundo normas ou especificações técnicas da certificação a que a exploração se candidata.

FASES DE CONCEÇÃO DO REFERENCIAL PARA A CERTIFICAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NO CAMPO BRANCO



SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Da discussão de conceitos e práticas agrícolas responsáveis e que contribuam, de forma duradoura, para a preservação das aves estepárias do Campo Branco e do seu habitat, resultou uma proposta base para um **sistema de certificação de explorações em zonas estepárias.**

Como documento enquadrador, foi definido um **Referencial Técnico** o qual reúne o conjunto de princípios e requisitos a serem atendidos pelas explorações com vista ao seu reconhecimento por via da certificação.

O REFERENCIAL TÉCNICO funciona como um manual prático da certificação, contendo as especificações técnicas que devem ser respeitadas pelas explorações agrícolas que pretendam ser certificadas.

NÍVEIS DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO

O esquema de certificação proposto compreende quatro níveis, os quais incluem um conjunto de condições consideradas como as necessárias à obtenção da certificação e reconhecimento dos agricultores.

NÍVEL 1 – Compromissos gerais

Para serem elegíveis, as propriedades devem começar por cumprir um conjunto de premissas base, que consistem em 6 Compromissos Gerais.

Estes compromissos visam garantir uma gestão responsável das explorações, quer em termos ambientais quer sociais, de acordo com a sua dimensão e complexidade.

COMPROMISSOS GERAIS PARA ACEDER À CERTIFICAÇÃO

1. **A posse e uso da terra são legítimos;**
2. **Respeito às leis nacionais, regionais e locais, bem como acordos internacionais;**
3. **Garantir direitos dos trabalhadores (laboral, higiene, saúde e segurança);**
4. **Dispor de um Plano de Gestão;**
5. **Monitorizar os seus impactes ambientais;**
6. **Boa gestão dos resíduos.**

NÍVEL 2 – Requisitos específicos

De cumprimento obrigatório, este nível define o conjunto de princípios e requisitos específicos a serem atendidos na boa e exemplar gestão das explorações em áreas estepárias.

No total foram definidos 30 Requisitos Específicos que se encontram divididos em 3 princípios base:

1 – **Conservação de Ecossistemas** (com 7 Requisitos)
2 – **Conservação e fomento da Biodiversidade** (com 16 Requisitos)
3 – **Conservação do Solo** (com 7 Requisitos)

PLANO DE AVALIAÇÃO PARA OBTER A CERTIFICAÇÃO

Para além de terem que cumprir todos os compromissos gerais, para que uma exploração agrícola possa ser certificada, esta:

1. **Deve atingir um cumprimento geral de 80% dos requisitos específicos do Referencial Técnico;**
2. **Deve atingir um cumprimento de pelo menos 50% dos requisitos específicos de cada princípio do Referencial Técnico;**
3. **Deve cumprir com todos os requisitos críticos do Referencial Técnico.**

Os requisitos críticos correspondem a práticas que devem ser obrigatoriamente cumpridas pelo impacto direto que têm sobre a biodiversidade.

NÍVEL 3 – Requisitos de Bonificação

Os Requisitos de Bonificação contam para um sistema de classificação complementar que diferencia as explorações de acordo com o seu desempenho adicional na gestão dos recursos naturais, e em especial da biodiversidade.

Este reconhecimento serve de incentivo à valorização e melhoria contínua das explorações, sensibilizando ainda outros agricultores para aceitarem o desafio de aderirem ao siatema de certificação proposto.

RECONHECIMENTO E BONIFICAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES

Para a diferenciação positiva das explorações, foram definidos 15 Requisitos de Bonificação que se dividem em 3 classes de importância (elevada, média e baixa).
Sendo os requisitos avaliados segundo uma escala de pontuação, as explorações podem ser distinguidas em 3 categorias: Ouro, Prata e Bronze, consoante a pontuação total atingida (em 100 pontos possíveis).

PRATA	OURO	BRONZE
de 41 a 70 pontos	mais de 70 pontos	até 40 pontos

NÍVEL 4 – Boas Práticas Ambientais

Este nível compreende uma série de recomendações de comportamentos, de adoção voluntária, que visam aumentar a responsabilidade socio-ambiental e a sustentabilidade das explorações.

O PORTEFÓLIO DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS agrega um conjunto de medidas concretas, que podem ser incorporadas na atividade das explorações agrícolas, relacionadas com:
1. Ações práticas de conservação da biodiversidade;
2. Ações práticas de gestão de linhas de água;
3. Ações de redução do consumo energético.

FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO

Em suma, para obter a certificação pretendida as explorações agrícolas devem cumprir os critérios de elegibilidade, assim como todos os requisitos mínimos da metodologia proposta no Referencial, ou seja devem obedecer às exigências do Nível 1 e 2.

Para um maior desempenho e sustentabilidade das explorações, o Nível 3 e 4 deverão fazer parte de um processo de melhoria contínua, sendo expectavel a longo prazo, a sua incorporação de maneira progressiva nos requisitos base para a certificação (ou seja, no Nível 2).

ESQUEMA DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES EM ÁREAS ESTEPÁRIAS

RESULTADOS E DESAFIOS FUTUROS

Este Projeto permitiu desenvolver um sistema de certificação de explorações agrícolas, enquanto ferramenta compatível com o uso sustentável dos valores naturais e preservação da biodiversidade estepária, e, de acordo com um conjunto de princípios ambientalmente adequados, socialmente benéficos e economicamente viáveis.

Espera-se agora dar continuidade ao trabalho iníciado e seu reconhecimento por entidades públicas e privadas, que sejam capazes de implementar e supervisionar a existência de um **programa especifico de certificação** com vista a:

- Contribuir positivamente para a manutenção, conservação e aumento da biodiversidade estepária;
- Garantir e aumentar a sustentabilidade económica das explorações no interior alentejano;
- Promover a visibilidade e competitividade do setor;
- Reconhecer e valorizar os que praticam boas práticas agrícolas e que mais contribuem para a gestão sustentável do território e conservação dos seus valores naturais: os agricultores.

COMO FUNCIONA UM PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO?

MAS PARA QUE ESTE CAMINHO SEJA POSSÍVEL, É NECESSÁRIO:

- Avaliar os custos de implementação e manutenção de um programa de certificação;
- Constituir uma comissão de acompanhamento, independente e credível, que seja responsável pela gestão do programa de certificação;
- Assegurar que o processo de certificação (auditoria e tomada de decisão) seja levado a cabo por entidades independentes, designadas por entidades certificadoras;
- Criar um selo credível, distintivo e de valorização da certificação;
- Captar o interesse dos beneficiários, ou seja, dos agricultores.

Com o envolvimento e dedicação de todas as partes interessadas e a experiência entretanto adquirida, alicerçada no REFERENCIAL TÉCNICO DO SISTEMA DA CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA PARA O CAMPO BRANCO, espera-se o reconhecimento deste trabalho, por entidades públicas e privadas, sendoexpectável a sua implementação e replicação, a uma escala alargada, sob a ótica de um desenvolvimento rural sustentável.

MAIS INFORMAÇÕES EM WWW.LPN.PT

LPN - Liga para a Protecção da Natureza
CEAVG - Centro de Educação Ambiental de Vale Gonçalinho
Apartado 84. 7780-909 Castro Verde
tel.: 286 328 309 | telm.: 968 523 648
fax: 286 328 316 | e-mail: lpn.cea-castroverde@lpn.pt

Sede Nacional
Estrada do Calhariz de Benfica, 187
1500-124 Lisboa
tel.: 217 780 097 | fax: 217 783 208
e-mail: lpn.natureza@lpn.pt

WWW.LPN.PT

Promotor:

Financiamento:

PRRN Programa para a Rede Rural Nacional

GOVERNO DE PORTUGAL

UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas zonas rurais

Impressão sobre papel FSC 100% Reciclado